

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

31 de dezembro de 2022
com o Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	10
Demonstrações Contábeis Regulatórias	
Balanços patrimoniais.....	13
Demonstrações do resultado.....	15
Demonstrações do resultado abrangente	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração Regulatório - 2022

Enel Green Power Cachoeira Dourada

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2022

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração Regulatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1 PERFIL

A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. é uma geradora hidrelétrica situada no Rio Paranaíba, no município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, distante 240 km de Goiânia. Criada na década de 1950 e constituída como sociedade anônima de capital fechado, foi adquirida em 1997 pelo Grupo Endesa España, e posteriormente, passou a ser controlada pelo Grupo Enel, que possui 99,61% de seu capital total. A Companhia atua também como comercializadora e possui autorização para importar energia da Argentina e do Uruguai, destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, até 31 de março de 2023.

Com 658 MW de capacidade instalada, subdivididos em 10 unidades geradoras, possui 394 MWm de energia assegurada. Em 2022, a usina gerou 2.120 GWh (1.632 GWh em 2021), de acordo com despacho do ONS.

A usina Cachoeira Dourada conta com 6,3 km de linhas aéreas de transmissão, sendo 2,8 km de média-tensão e 3,5 km de alta-tensão.

2 CONTEXTO SETORIAL E REGULATÓRIO

Proposta de solução para a falta de liquidez do mercado no curto prazo

A partir de 2015, o mercado brasileiro de curto prazo enfrentou um cenário de judicialização que resultou no travamento das liquidações financeiras no âmbito da CCEE. Ao longo daquele ano, diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo, devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentavam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que atingiu cerca de R\$ 10 bilhões.

Após a publicação da Lei nº 14.052, em 8 de setembro de 2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, em 1º de dezembro/2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020 (REN 895/2020) para regulamentar a compensação de riscos não hidrológicos assumida por hidrelétricas entre 2013 e 2020. Após apuração dos ativos regulatórios pela CCEE e ANEEL ao longo do primeiro semestre de 2021, os agentes firmaram o acordo de repactuação mediante desistência das discussões no âmbito judicial. Esse acordo resolveu o impasse dos geradores hidráulicos na Justiça e restaurou a liquidez no mercado brasileiro no curto prazo.

Em junho/2022, Cachoeira Dourada assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/1997, postergando o final da concessão para 02/11/2029.

REN 899/2020 – Alocação de energia no MRE

Em 4 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa (“REN”) nº 899 que altera a REN nº 584 com as definições de alocação de energia do MRE (“Mecanismo de Realocação de Energia”) para os próximos anos.

A REN estabelece que até dezembro de 2026, continuarão existindo dois tipos de alocação: uma para lastro e outra para o MRE. Até esse ano, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE passarão a ter uma limitação entre 80% e 120% da geração média dos últimos cinco anos para cada usina. A partir de janeiro de 2027, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE devem atender ao perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física.

No mesmo dia, a ANEEL também publicou a Resolução Normativa nº 898, que estabelece o tratamento regulatório para as exposições financeiras de energia secundária no MRE.

2 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2022	2021	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	658	658	-	0,0%
Energia assegurada (Garantia Física) (MW)	394	394	-	0,0%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	2.120	1.632	488	29,9%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	5.369	7.297	(1.928)	-26,4%
Investimento Total (R\$ Mil)	11.180	4.191	6.989	166,8%

Número de Colaboradores

	2022	2021	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	86	86	-	0,0%
Número de colaboradores parceiros	290	261	29	11,1%
Total	376	347	29	8,4%

Indicadores Patrimoniais

	2022	2021	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	963.089	2.113.709	(1.150.620)	-54,4%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	463.346	440.505	22.841	5,2%
Valor patrimonial por ação (R\$)	0,16	0,15	0,01	5,2%

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice de disponibilidade acumulado de 2022 foi de 94,4% (94,9% em 2021). Além da geração própria, a Companhia comprou energia por meio de contratos bilaterais e no mercado Spot para operações de comercialização.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil

	2022	2021	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta (1)	743.945	1.551.741	(807.796)	-52,1%
Deduções da Receita Bruta	(90.764)	(798.110)	707.346	-88,6%
Receita Operacional Líquida	668.177	1.020.540	(352.363)	-34,5%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(465.195)	(737.504)	272.309	-36,9%
EBITDA (1)	226.092	307.339	(81.247)	-26,4%
Margem EBITDA	33,84%	30,12%	-	3,72 p.p
EBIT (2)	202.982	283.036	(80.054)	-28,3%
Margem EBIT	30,38%	27,73%	-	2,65 p.p
Resultado Financeiro	(6.827)	(233.564)	226.737	-97,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(69.347)	(16.595)	(52.752)	317,9%
Lucro Líquido	126.808	32.877	93.931	285,7%
Margem Líquida	18,98%	3,22%	-	15,76 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,04	0,01	0,03	285,7%

(1) Inclui importação de energia

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

A receita operacional bruta de 2022, incluindo receita com importação de energia, apresentou uma redução de R\$ 807,8 milhões em relação ao ano de 2021, explicado, principalmente, pela redução da importação de energia impactando o volume de venda no período e volume de operações de comercializações.

Os custos do serviço e despesas operacionais apresentaram uma redução de R\$ 272,3 milhões em relação ao ano anterior, explicado, principalmente, pelo menor volume de compra de energia importada em 2022.

Estas variações resultaram em uma redução de R\$81,2 milhões no EBITDA, que alcançou R\$ 226,1 milhões em 2022 (R\$ 307,3 milhões em 2021).

O resultado financeiro líquido apresentou um saldo negativo de R\$ 6,8 milhões em 2022, representando uma queda de R\$ 226,7 milhões frente ao ano anterior, devido, principalmente à menor despesa com variações monetárias ativas e cambiais passivas.

Em decorrência dos efeitos acima mencionados, o lucro líquido da Companhia encerrou o exercício de 2022 em R\$ 126,8 milhões, 285,7% superior ao apresentado em 2021 (R\$ 32,9 milhões).

5 INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2022 somaram R\$ 11,2 milhões, representando um aumento de R\$ 7,0 milhões em comparação com o volume investido em 2021. O aumento deve-se, principalmente, às atividades de manutenção nas turbinas para reforma e modernização das unidades geradoras.

6 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

SUSTENTABILIDADE

Comprometida com o desenvolvimento sustentável e empenhada em contribuir com soluções para grandes desafios globais – como o acesso à energia, a minimização dos efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento local, a Enel Green Power Cachoeira Dourada atua de forma a criar valor sustentável por meio de seus negócios, focando no relacionamento com as partes interessadas e no desenvolvimento de projetos socioambientais, incluindo os de economia circular. Dentro disso, contribuimos diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um movimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) onde estamos especialmente comprometidos com quatro dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Os compromissos de sustentabilidade guiam a estratégia da empresa e se traduzem em ações e indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança, em inglês), de forma a qualificar nosso desempenho e maximizar a geração de valor para todos os públicos com os quais nos relacionamos. A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

Por meio dos projetos de Sustentabilidade junto às comunidades com as quais a Enel Green Power Cachoeira Dourada se relaciona no território, em 2022, a empresa beneficiou 729 pessoas por meio de quatro projetos, com um investimento de R\$ 40 mil. Entre os projetos realizados no ano, destacam-se:

Enel Compartilha Atitude Verde – Escola Sustentável: de modo a impulsionar a cultura da sustentabilidade no município de Cachoeira Dourada de Goiás, a empresa, por meio do programa Enel Compartilha Atitude Verde, patrocina desde 2016 o projeto Escola Sustentável, realizado no Colégio Estadual Inácio Pinheiro Paes Leme. O projeto consiste em ações de conscientização ambiental por meio das práticas realizadas em horta escolar implementada, palestras educativas e ações de conscientização para a cidadania que extrapolam os muros da escola e que tem se ampliado a cada ano. As atividades visam estimular o despertar da consciência ambiental entre os alunos e moradores, por meio da horta, uma usina de compostagem dentro das instalações da escola, propiciando a produção orgânica de alimentos para o consumo na merenda escolar e doações para a comunidade. Além disso, de maneira inovadora e a partir do

* Valores não auditados pelos auditores independentes

engajamento de todos os alunos e professores, também são desenvolvidas ações nas comunidades locais, por meio de palestras, plantio de mudas, coleta de resíduos e ações de cuidado com as margens da represa localizada no município e compartilhada com a usina, promovendo, desta forma, a integração escola-comunidade e empresa, dentro de uma cultura de sustentabilidade. Ao todo tivemos 333 beneficiados no ano de 2022.

Enel Compartilha Atitude Verde - Associação dos Pescadores: Outra iniciativa é a parceria com a Associação de Pescadores local que visa a expansão das ações dos pescadores para melhoria de renda e qualidade de vida. A parceria com EGP Cachoeira Dourada tem permitido a execução de melhorias na estrutura física da associação, além de oficinas para o desenvolvimento técnico dos associados. Os pescadores também são envolvidos nas atividades da usina com a manutenção do reservatório, com o intuito de trazer aproximação e parceria para as ações nesse espaço com a troca de conhecimento com as comunidades. Foram beneficiadas 43 pessoas com essa iniciativa.

Somados aos projetos específicos da Enel Green Power Cachoeira Dourada, a empresa também integra importantes iniciativas de Sustentabilidade da holding, com destaque para:

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2022, foram capacitadas 1.109 pessoas de 390 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Direitos Humanos, Ética, Gestão Ambiental, Economia Circular, Eficiência Energética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, o Plano de Ação foi concluído com um avanço geral de 98% das atividades planejadas para o biênio. Entre as principais ações realizadas podemos destacar o treinamento de 100% das equipes de segurança patrimonial sobre o tema de respeito aos Direitos Humanos a implantação de critérios de avaliação de direitos humanos no sistema de gestão dos fornecedores, a revisão e divulgação da nova Política de Direitos Humanos e a implantação de novas ações para a promoção da diversidade no quadro de colaboradores Enel, com a criação de grupos de afinidade, treinamentos e campanhas de comunicação.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2022, o programa beneficiou 27.186 pessoas e contou com a atuação de 3.757 voluntários, através de 43 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surtem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM) e “Natal do Bem” (Campanha de Natal envolvendo doação de colaboradores para que grupos produtivos desenvolvam brinquedos educativos que são distribuídos em instituições de crianças em vulnerabilidade social).

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: O Ser é o programa de cultura interna de Sustentabilidade da Enel, que, desde 2015, por meio dos seus quatro pilares - Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano - tem o objetivo de destacar o comprometimento e a atuação socioambiental e de governança – ESG da Enel, com ênfase na proteção dos direitos humanos. A edição de 2022 trouxe conteúdos relacionados a missão da Enel de conduzir até 2040 para uma transição justa ao Net Zero. Foram 6.613 participantes em 35 eventos on-line para todo o Brasil. Os temas, conduzidos por 70 facilitadores internos e externos, foram: circularidade, economia consciente, gestão ambiental, transição energética, financiamento sustentável, diversidade, inclusão social, saúde física e mental e direitos humanos.

Certificações: A Enel Green Power Cachoeira Dourada conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as

seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional e a 37001 em gestão antissuborno.

7 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

Certificação Top Employer

A Enel recebeu a certificação como Top Employer 2022 no Brasil. Com base em um benchmark internacional, nossas políticas e práticas de gestão de pessoas foram analisadas, validadas e reconhecidas pela iniciativa, que é promovida pelo Top Employers Institute. Esta é a quarta vez consecutiva em que a nossa empresa ganhou o Selo de Certificação como empregadora de referência.

Valor Inovação Brasil 2022

A inovação está no nosso DNA! A Enel Brasil entrou no ranking "Valor Inovação Brasil 2022" como uma das três empresas mais inovadoras do setor elétrico do Brasil. Para a nossa empresa, inovar é construir soluções, inspirar pessoas, abrir novos caminhos e possibilidades.

100 Open Startups

Pelo segundo ano consecutivo, somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e o desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do Governo Federal. A iniciativa avalia empresas em relação às práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal, e novamente premiada no biênio 2020/2021. Em 2022, a Enel se inscreveu no Pró-Ética 2022/2023 e, após apuração, o resultado será anunciado pela CGU, em dezembro de 2023.

Certificação WELL

Com o objetivo de fornecer indicadores e métricas claras que possam aferir a qualidade dos ambientes e, consequentemente, a saúde e o bem-estar dos ocupantes, o International Well Building Institute criou o sistema de certificação WELL. O certificado avalia o desempenho do ambiente de trabalho em várias categorias como ar, alimentação, luz, movimento, conforto térmico, som, materiais e comunidade. Nossa empresa foi a primeira do setor de energia no mundo a receber a certificação Platinum e passa a fazer parte de um seleto grupo de sete organizações brasileiras a conquistar o reconhecimento na América Latina. Além disso, somos a segunda empresa do Brasil e da América Latina a receber o WELL Platinum.

8 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

* Valores não auditados pelos auditores independentes

	2022		2021	
Acionistas	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	2.914.518.720	99,61%	2.914.518.720	99,61%
Ações em Tesouraria	4.346.357	0,15%	4.346.357	0,15%
Não Controladores	7.185.789	0,24%	7.185.789	0,24%
Total	2.926.050.866	100,00%	2.926.050.866	100,00%

9 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2022 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

10 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Presidente
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Fabio Destefani Campos	Diretor de Usina
Raffaele Enrico Grandi	Diretor de Assessoria Tributária
Janaina Savino Vilella Carro	Diretora de Comunicação
Alain Rosolino	Diretor de Recursos Humanos e Organização
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretora de Regulação

Conselho de Administração	Membros
Presidente	Bruno Riga
Conselheira	Julia Freitas de Alcântara Nunes
Conselheira	Marcia Massotti de Carvalho

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Acionistas da

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

Cachoeira Dourada - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem ressalvas, com data de 23 de fevereiro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	244.085	1.157.435
Títulos e valores mobiliários	5	20.115	20.493
Concessionárias e permissionárias	6	66.692	97.965
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		-	8.379
Outros tributos compensáveis		10.388	10.261
Serviços em curso		6.262	4.417
Empréstimos com partes relacionadas	10	-	141.462
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	4.823
Outros créditos		20.653	24.789
Total do ativo circulante		368.195	1.470.024
Não circulante			
Depósitos vinculados a litígios	11	26.823	25.809
Tributos diferidos	16	14.144	16.354
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	2.977
Outros créditos		129	129
Imobilizado	7	294.102	303.717
Intangível	8	259.696	294.699
Total do ativo não circulante		594.894	643.685
Total dos ativos		963.089	2.113.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	73.536	1.188.632
Empréstimos e financiamentos	10	163.642	470
Obrigações por arrendamentos		650	-
Salários, provisões e encargos sociais		6.359	7.734
Imposto de renda e contribuição social a pagar		18.334	-
Outras obrigações fiscais		7.211	10.306
Encargos setoriais		13.321	13.223
Dividendos a pagar		82.853	133.455
Instrumentos financeiros derivativos	18	11.126	6.993
Cauções e garantia		24.190	27.426
Outras obrigações		4.248	6.092
Total do passivo circulante		<u>405.470</u>	<u>1.394.331</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	-	174.551
Obrigações por arrendamentos		1.746	-
Tributos diferidos	16	83.528	95.864
Provisão para processos judiciais e outros	11	8.995	8.383
Outras obrigações		4	75
Total do passivo não circulante		<u>94.273</u>	<u>278.873</u>
Patrimônio líquido	12		
Capital social		64.340	64.340
Ações em tesouraria		(278)	(278)
Reserva de capital		346.839	346.839
Reservas de lucros		7.693	7.693
Dividendos adicionais propostos		45.765	22.136
Outros resultados abrangentes		(393)	(978)
Lucros acumulados		(620)	753
Total do patrimônio líquido		<u>463.346</u>	<u>440.505</u>
Participação de não controladores			
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>963.089</u>	<u>2.113.709</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Receita operacional bruta			
Suprimento de energia elétrica	13	743.945	1.551.741
Lucro bruto		<u>743.945</u>	<u>1.551.741</u>
Deduções de receita bruta	13		
Tributos e encargos		(70.271)	(770.427)
Pesquisa de P&D		(4.480)	(7.680)
Reserva global de reversão - RGR		(4.115)	(6.249)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(12.084)	(11.337)
Taxa de fiscalização - TFSEE		186	(2.418)
		<u>(90.764)</u>	<u>(798.111)</u>
Resultado operacional líquido com importação de energia		<u>14.996</u>	<u>266.910</u>
Receita operacional líquida		668.177	1.020.540
Custos e despesas			
Energia elétrica comprada para revenda		(310.561)	(1.258.918)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(76.868)	(77.462)
Pessoal e administradores	14	(22.381)	(29.931)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		4.914	(7.994)
Amortização - GSF		(35.519)	(35.519)
Depreciação e amortização		(23.110)	(24.303)
Gastos diversos		(30.809)	(37.367)
Créditos de Pis e Cofins		29.139	733.990
		<u>(465.195)</u>	<u>(737.504)</u>
Resultado da atividade		202.982	283.036
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	63.504	146.409
Despesas financeiras	15	(70.331)	(379.973)
		<u>(6.827)</u>	<u>(233.564)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>196.155</u>	<u>49.472</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	16	(79.772)	(35.016)
Diferidos	16	10.425	18.421
Lucro líquido do exercício		<u>126.808</u>	<u>32.877</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	126.808	32.877
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	886	9.348
Imposto diferido sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	(301)	(3.178)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	127.393	39.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Ações em tesouraria	Reservas de capital			Reservas de lucros		Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Doações e Subvenções para investimentos	Especial Lei nº 8.200/91	Remuneração de imobilizado em curso	Reserva Legal	Reforoço de capital de giro				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	266.678	-	(2.667)	(7.148)	675.457
o líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	32.877	-	32.877
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	58	-	58
vação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(266.678)	-	-	-	(266.678)
a em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.348	9.348
istos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.178)	(3.178)
inações	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.379)	-	(7.379)
ros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	22.136	(22.136)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	-	22.136	753	(978)	440.505
vação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(22.136)	-	-	(22.136)
ção CPC 06 - Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-	(39)	-	(39)
o líquido do exercício ajustado	-	-	-	-	-	-	-	-	126.808	-	126.808
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	198	-	198
o em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	886	886
istos diferidos sobre ganhos em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(301)	(301)
endos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	(82.575)	-	(82.575)
endos adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	45.765	(45.765)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	-	45.765	(620)	(393)	463.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	126.808	32.877
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(4.914)	36.865
Encargos de arrendamento	507	-
Depreciação e amortização	59.051	60.250
Repactuação do GSF	-	(607.644)
Variação cambial - dívida	(11.376)	4.636
Juros provisionados sobre empréstimos	2.429	1.750
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	20.457	(2.977)
Atualização monetária de processos judiciais	1.415	1.333
Baixa de imobilizado	91	(74)
Tributos e contribuições social diferidos	(10.425)	(18.421)
Imposto de renda e contribuição social correntes	79.772	35.016
Provisão (reversão) de processos judiciais	(802)	1.339
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	36.187	2.213.527
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(895)	(655)
Outros tributos compensáveis	(127)	-
Depósitos vinculados	(1.014)	78
Serviços em curso	(1.845)	(1.003)
Outros créditos	4.136	(2.843)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(1.115.096)	(1.010.109)
Salários, provisões e encargos sociais	(1.375)	94
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	(8.926)
Pagamento da provisão para processos judiciais e outros	-	(500)
Cauções em garantias	(3.236)	(9.012)
Outras obrigações fiscais	(3.095)	-
Encargos setoriais	98	(9.284)
Outras obrigações	(1.913)	8.198
	(825.162)	724.515
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(52.164)	(73.538)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(2.432)	(1.365)
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumentos financeiros derivativos	(18.471)	2.390
Pagamentos de processos judiciais	(1)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(898.230)	652.002
Atividades de investimentos:		
Aquisições de intangível e imobilizado	(11.916)	(8.428)
Títulos e valores mobiliários	378	37.698
Empréstimos e financiamentos concedidos a partes relacionadas	141.462	(141.462)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos	129.924	(112.192)
Atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	230.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	-	(60.000)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(762)	-
Pagamento de dividendos	(155.115)	(140.912)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	10.833	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamentos	(145.044)	29.088
Variação no caixa líquido da Companhia	(913.350)	568.898
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.157.435	588.537
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	244.085	1.157.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Informações gerais

A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (“Companhia” ou “EGP Cachoeira Dourada”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rodovia GO 206 – KM 0, Cachoeira Dourada, Goiás, controlada pela Enel Brasil S.A., tem como objeto social a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio. A Companhia poderá ainda promover ou participar de outras sociedades constituídas para produzir energia elétrica, dentro ou fora do Estado de Goiás, mediante a subscrição de qualquer número de ações ou quotas sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia firmou em 11 de setembro de 1997 o contrato de concessão 11/1997, com prazo de duração de 30 anos, para exploração das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada, usina hidrelétrica composta por 10 unidades geradoras, 658 MW de capacidade instalada e com garantia física de 374 MW. Em junho de 2022, a Companhia assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/1997, postergando o final da concessão para 2 de novembro de 2029.

Através da Portaria nº 226, de 28 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 2 de junho de 2020, a Companhia foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a importar energia da Argentina e do Uruguai, sendo a autorização válida até 31 de março de 2023. A energia importada é destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, em montantes estabelecidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional.

Repactuação do risco hidrológico - GSF (*Generation Scaling Factor*)

O mercado brasileiro de curto prazo enfrentou problema de liquidez, e desde 2015 diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares que isentaram os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, chegaram ao patamar de R\$ 8,5 bilhões e representaram ao final de 2020, cerca de 61% do valor contabilizado total do mercado.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13.203/2015, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica.

A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte.

Interessada na repactuação, a Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração realizado em 7 de dezembro de 2020, aprovou a adesão da Companhia aos termos da Lei 14.052/2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, dentre elas o comprometimento de não instaurar ações judiciais.

Seguindo o que foi estabelecido na Resolução Normativa nº 895/2020, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.919, de 12 de agosto de 2021, homologou o prazo de 782 dias de extensão da outorga e o montante de R\$ 316.711, o qual está sendo compensado por meio do prazo de extensão da outorga – vide nota explicativa nº 6.

1.1. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas as geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo através de um processo de leilão. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 19 de abril de 2023.

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis regulatórias. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para melhor entendimento do leitor, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas nas Notas 20, 21 e 22.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações regulatórias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

3.1. Receita de contratos com clientes

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

a) Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de vendas de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ('CCEE') são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada ('energia secundária'), liquidada no mercado

spot ('mercado de curto prazo') ao valor do PLD e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de 'repasse'; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

b) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na Demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.]

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

A Nota Explicativa 22 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia.

3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por Certificados de depósitos bancários - CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

3.5. Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

3.6. Imobilizado

O ativo imobilizado em serviço é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Os efeitos dos procedimentos de *deemed cost* devem ser contabilizados tendo por contrapartida o patrimônio líquido, nos termos do § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, e a conta de tributos diferidos no passivo, sem efeito no resultado.

3.7. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

GSF (Generation Scaling Factor)

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

3.8. Provisão para processos judiciais e outros

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e ambientais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

3.10. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Vale ressaltar que as mudanças descritas a seguir dependem de aprovação por parte do órgão regulador para que sejam devidamente refletidas nas demonstrações contábeis regulatórias.

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <u>guidance</u> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

A ANEEL, por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, decidiu: (i) revisar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e (iii) aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Dessa forma, seus efeitos estão refletidos na DCR do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O principal impacto foi em relação a adoção para a contabilidade regulatória do pronunciamento técnico CPC 06 (R2).

3.11. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Vale ressaltar que as mudanças descritas a seguir dependem de aprovação por parte do órgão regulador para que sejam devidamente refletidas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <u>guidance</u> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <u>guidance</u> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias.

As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais estimativas e premissas compreendem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumentos financeiros derivativos e provisões para processos judiciais e outros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	11.475	44.228
Aplicações financeiras		
CDB (aplicação diretas)	232.206	223.412
Operações compromissadas	404	887.824
	244.085	1.155.464
Fundos não exclusivos		
Operações compromissadas	-	1.971
	-	1.971
Total	244.085	1.157.435

Os CDBs foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 101,97% do CDI (100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

	31.12.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos não exclusivos	19.441	20.322
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	674	171
Total de títulos e valores mobiliários	20.115	20.493

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundo de investimento não exclusivo, administrado por Asset de primeira linha. Estes fundos são classificados como Renda Fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

A Companhia participa como cotista em fundos de investimento exclusivo das empresas do Grupo Enel no Brasil. Os fundos aplicam em títulos do governo e títulos de emissores privados de primeira linha e possuem gestores altamente qualificados que são auditados anualmente.

6. Concessionárias e permissionárias

	A vencer	Vencidos até		31.12.2022	31.12.2021
		90 dias	mais de 90 dias		
Concessionárias e permissionárias	6.686	-	4.346	11.032	32.984
Mercado de Curto Prazo	-	1.278	-	1.278	-
Mercado de Curto Prazo - importação de energia	-	-	-	-	6.574
Contas a receber - Partes relacionadas (vide nota 14)	54.486	-	4.135	58.621	67.525
	61.172	1.278	8.481	70.931	107.083
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(41)	(1)	(4.197)	(4.239)	(9.118)
	61.131	1.277	4.284	66.692	97.965

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31.12.2021	Adição	Reversão	Baixa de incobráveis	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(9.118)	(4)	4.918	(35)	(4.239)
	(9.118)	(4)	4.918	(35)	(4.239)
	31.12.2020	Adição	Reversão	Baixa de incobráveis	31.12.2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(4.479)	(15.280)	7.286	3.355	(9.118)
	(4.479)	(15.280)	7.286	3.355	(9.118)

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5. Imobilizado

Reversão dos bens à União

Conforme a subcláusulas 2ª e 3ª da cláusula 11 do contrato de concessão nº 11/1997, assinado pela Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. e ANEEL em 12 de setembro de 1997, estabelece que no advento do termo, os bens e as instalações vinculados à concessão de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por fiscalização da ANEEL. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles realizados pela concessionária e efetivamente utilizados na geração de energia elétrica.

A composição do imobilizado é como segue:

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor Bruto em 31.12.2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31.12.2022	Valor Líquido em 31.12.2021
Em serviço									
Geração	1.054.332	-	(122)	25.847	1.080.057	-	(839.153)	240.904	237.715
Terrenos	1.139	-	-	-	1.139	-	-	1.139	1.139
Reservatórios, Barragens e Adutoras	243.081	-	-	-	243.081	-	(196.054)	47.027	50.919
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	106.534	-	-	-	106.534	-	(94.325)	12.209	13.595
Máquinas e Equipamentos	702.071	-	(122)	25.847	727.796	-	(547.315)	180.481	171.972
Veículos	972	-	-	-	972	-	(966)	6	38
Móveis e Utensílios	535	-	-	-	535	-	(493)	42	52
							-	-	-
Administração	5.137	-	-	17	5.154	-	(4.584)	570	630
Terrenos	24	-	-	-	24	-	-	24	24
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.212	-	-	17	2.229	-	(1.702)	527	582
Máquinas e Equipamentos	1.530	-	-	-	1.530	-	(1.512)	18	21
Veículos	48	-	-	-	48	-	(48)	-	-
Móveis e Utensílios	1.323	-	-	-	1.323	-	(1.322)	1	3
Total em serviço	1.059.469	-	(122)	25.864	1.085.211	-	(843.737)	241.474	238.345
Em curso									
Geração	62.101	9.577	-	(25.864)	45.814	(16.287)	-	45.814	62.101
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.472	-	-	-	2.472	-	-	2.472	2.472
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.911	4	-	(10)	3.905	(6)	-	3.905	3.911
Máquinas e Equipamentos	54.082	9.573	-	(25.854)	37.801	(16.281)	-	37.801	54.082
Veículos	1.608	-	-	-	1.608	-	-	1.608	1.608
Móveis e Utensílios	28	-	-	-	28	-	-	28	28
Administração	3.271	1.603	-	-	4.874	1.603	-	4.874	3.271
Máquinas e Equipamentos	2.583	1.567	-	-	4.150	1.567	-	4.150	2.583
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	15	-	-	-	15	-	-	15	15
Veículos	482	-	-	-	482	-	-	482	482
Móveis e Utensílios	191	-	-	-	191	-	-	191	191
Outros	-	36	-	-	36	36	-	36	-
Total em curso	65.372	11.180	-	(25.864)	50.688	(14.684)	-	50.688	65.372
Ativo de direito de uso									
	-	4.471	(1.201)	-	3.270	5.672	(1.330)	1.940	-
Edificações	-	4.043	(1.201)	-	2.842	5.244	(1.107)	1.735	-
Veículos	-	428	-	-	428	428	(223)	205	-
Total do Ativo Imobilizado	1.124.841	15.651	(1.323)	-	1.139.169	(9.012)	(845.067)	294.102	303.717

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor Bruto em 31.12.2020	Adições (A)	Reclassificações	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31.12.2021
Em serviço							
Geração	1.054.331	-	-	1.054.331	-	(816.616)	237.715
Terrenos	1.139	-	-	1.139	-	-	1.139
Reservatórios, Barragens e Adutoras	243.081	-	-	243.081	-	(192.162)	50.919
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	106.534	-	-	106.534	-	(92.939)	13.595
Máquinas e Equipamentos	702.070	-	-	702.070	-	(530.098)	171.972
Veículos	972	-	-	972	-	(934)	38
Móveis e Utensílios	535	-	-	535	-	(483)	52
Administração	5.137	-	-	5.137	-	(4.507)	630
Terrenos	24	-	-	24	-	-	24
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.212	-	-	2.212	-	(1.630)	582
Máquinas e Equipamentos	1.530	-	-	1.530	-	(1.509)	21
Veículos	48	-	-	48	-	(48)	-
Móveis e Utensílios	1.323	-	-	1.323	-	(1.320)	3
Total em serviço	1.059.468	-	-	1.059.468	-	(821.123)	238.345
Em curso							
Geração	59.825	2.556	(282)	62.099	(3.169)	-	62.099
Máquinas e Equipamentos	47.875	1.694	3.749	53.318	-	-	53.318
Outros	11.950	862	(4.031)	8.781	(3.169)	-	8.781
Administração	2.064	1.209	-	3.273	1	-	3.273
Máquinas e Equipamentos	1.378	1.208	-	2.586	-	-	2.586
Outros	686	1	-	687	1	-	687
Total em curso	61.889	3.765	(282)	65.372	(3.168)	-	65.372
Total do Ativo Imobilizado	1.121.357	3.765	(282)	1.124.840	(3.168)	(821.123)	303.717

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31.12.2022			31.12.2021
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Geração		1.076.898	(834.055)	242.843	237.715
Custo Histórico	5,07%	828.091	(621.405)	206.686	196.494
Correção Monetária Especial	5,14%	190.934	(165.036)	25.898	29.490
Correção Monetária Complementar	3,75%	57.873	(47.614)	10.259	11.731
Administração		5.154	(4.583)	571	630
Custo Histórico	6,49%	5.154	(4.583)	571	630
Em serviço		1.082.052	(838.638)	243.414	238.345
Geração		45.814	-	45.814	62.101
Administração		4.874	-	4.874	3.271
Em curso		50.688	-	50.688	65.372
		1.132.740	(838.638)	294.102	303.717

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

	Material / Equipamentos
Máquinas e Equipamentos	11.180
Total das Adições	11.180

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento de tomada d'água	3,70%
Estrutura da tomada d'água	2,86%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Administração central	
Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração de energia elétrica são vinculados ao serviço concedido de geração de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação.

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Intangível

A composição do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31.12.2021	Adições	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31.12.2021
Ativo Intangível em Serviço								
Geração	318.986	736	-	319.722	736	(73.262)	246.460	281.322
Softwares	2.103	-	-	2.103	-	(2.005)	98	131
GSF (a)	316.883	-	-	316.883	-	(71.164)	245.719	281.191
Outros	-	736	-	736	736	(93)	643	-
Administração	2.231	-	4.405	6.636	-	(2.240)	4.396	131
Softwares	2.231	-	4.405	6.636	-	(2.240)	4.396	85
Outros	-	-	-	-	-	-	-	46
Subtotal	321.217	736	4.405	326.358	736	(75.502)	250.856	281.453
Ativo Intangível em Curso								
Geração	2.462	-	(1.337)	1.125	-	-	1.125	2.462
Softwares	2.462	-	(1.337)	1.125	-	-	1.125	2.462
Administração	10.403	-	(3.068)	7.335	-	-	7.335	10.404
Softwares	10.403	-	(3.068)	7.335	-	-	7.335	10.404
Comercialização	380	-	-	380	-	-	380	380
Softwares	380	-	-	380	-	-	380	380
Subtotal	13.245	-	(4.405)	8.840	-	-	8.840	13.246
Total do Ativo Intangível	334.462	736	-	335.198	736	(75.502)	259.696	294.699

- (a) Refere-se a gastos incorridos com GSF que serão recuperados por meio da extensão do prazo de concessão de acordo com a aprovação à adesão pela Companhia aos termos da Lei Federal nº 14.052/2020, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31.12.2022			31.12.2021
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração		319.722	(73.262)	246.460	281.322
Custo Histórico	11,30%	319.722	(73.262)	246.460	281.322
Administração		6.636	(2.240)	4.396	131
Custo Histórico	20,00%	6.636	(2.240)	4.396	131
		326.358	(75.502)	250.856	281.453
Em Curso					
Geração		1.125	-	1.125	2.462
Administração		7.335	-	7.335	10.404
Comercialização		380	-	380	380
		8.840	-	8.840	13.246
		335.198	(75.502)	259.696	294.699

7. Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Compra energia	978	51.027
Compra de energia - partes relacionadas	15.489	11.040
Importação de energia	-	1.073.516
Encargo de Uso da Rede	11.062	9.064
Encargo de Uso da Rede - partes relacionadas	823	3.399
Total energia	28.352	1.148.046
Materiais e serviços	44.586	40.586
Materiais e serviços - Partes relacionadas	598	-
Total material e serviços	45.184	40.586
Total	73.536	1.188.632

Importação de energia

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia possui autorização para importação de energia da Argentina e do Uruguai. A energia importada é destinada ao mercado de curto prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, em montantes estabelecidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional. O saldo de importação de energia em 31 de dezembro de 2021 refere-se aos volumes importados nos meses de novembro e dezembro. A liquidação deste saldo, bem como o saldo a receber de importação de energia relacionado (nota explicativa nº 6), ocorre nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, respectivamente. A Companhia não importou energia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

8. Empréstimos e financiamentos

A principal característica do contrato do empréstimo está descrita a seguir:

Empréstimos e financiamentos	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	31.12.2022
Scotiabank 4131	USD	1,49% a.a.	2023	Fiança corporativa	163.642
Total moeda estrangeira					163.642

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2021	470	174.551
Varição cambial	(28)	(11.348)
Transferência	163.203	(163.203)
Encargos financeiros provisionados	2.429	-
Encargos financeiros pagos	(2.432)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	163.642	-

Cláusulas restritivas (covenants)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de covenants financeiros.

9. Provisão para processos judiciais e outros

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	Saldo em 31.12.2021	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 21.12.2022
Trabalhistas	1.574	-	(408)	(1)	1.165
Cíveis	552	(802)	761	-	511
Ambiental	6.257	-	1.062	-	7.319
Total	8.383	(802)	1.415	(1)	8.995

	Saldo em 31.12.2020	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 21.12.2021
Trabalhistas	89	877	623	(15)	1.574
Cíveis	551	462	24	(485)	552
Ambiental	5.571	-	686	-	6.257
Total	6.211	1.339	1.333	(500)	8.383

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Houve incremento na provisão trabalhista em razão de decisão em processo envolvendo verbas salariais diversas, a qual é objeto de recurso, com chances de mudanças em instâncias superiores.

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ambientais

Trata-se de ação civil pública ajuizada em 2001, pelo Ministério Público do Estado de Goiás questionando supostos danos ambientais decorrentes de aspectos técnicos, bem como do licenciamento do empreendimento, que remontam à época da instalação. Importa estabelecer a extensão e liquidação dos danos para devida compensação ambiental.

Riscos possíveis

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	3.916	4.389
Cíveis	100	1.459
Fiscais	22.994	22.178
	<u>27.010</u>	<u>28.026</u>

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

b) Cíveis

Os casos cíveis englobam processos relacionados a pedidos de ressarcimento decorrentes de relações contratuais, bem como ações e arbitragens envolvendo questões contratuais, especialmente relacionadas a alegações de força maior com pedidos de redução da demanda contratada de energia, em razão da Pandemia Covid-19.

c) Fiscais

A principal causa fiscal considerada como possível pela Companhia refere-se ao processo relacionado a compensação de saldo de base negativa de CSLL. A Companhia ajuizou ação declaratória, com pedido de depósito do valor integral do débito, para discutir judicialmente a autuação da Receita Federal do Brasil sobre a compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A Companhia aguarda o julgamento de seu recurso especial apresentado ao Superior Tribunal de Justiça e o montante do processo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 21.187 (R\$20.495 em 2021).

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	11	11
Cíveis	20	13
Fiscais	26.792	25.785
	<u>26.823</u>	<u>25.809</u>

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é de R\$ 64.340, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a seguinte composição acionária, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Quantidade de ações		% de participação no capital		Total	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	1.025.858.888	1.888.659.832	99,49%	99,67%	2.914.518.720	99,61%
Ações em tesouraria	-	4.346.357	0,00%	0,23%	4346357	0,15%
Outros	5.261.772	1.924.017	0,51%	0,10%	7.185.789	0,25%
Total	1.031.120.660	1.894.930.206	100,00%	100,00%	2.926.050.866	100,00%

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído, sempre que houver lucro líquido suficiente na apuração do resultado do exercício findo.

b) Reservas de capital

As reservas para doações e subvenções para investimentos e reserva especial Lei 8.200/91, com saldos em 31 de dezembro 2022 e 2021 de R\$126.831 e R\$126.831, respectivamente, referem-se a reservas provenientes da cisão que originou a Companhia. Nesta cisão ocorreu a transferências de bens patrimoniais do sistema de geração da usina hidroelétrica de cachoeira dourada.

c) Reservas de lucros

	31.12.2022	31.12.2021
Reserva legal (i)	7.693	7.693
Dividendos propostos (ii)	45.765	22.136
	53.458	29.829

(i) Reserva legal

A Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma das reservas de capital e a reserva legal excedeu 30% do capital social.

d) Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual societário, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

As diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 20, 21 e 22.

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	128.142	13.520
Reversão de dividendos prescritos	198	58
Realização do custo atribuído	-	15.936
Lucro ajustado	128.340	29.514
Dividendo mínimo obrigatório	-	7.379
Dividendos intercalares	82.575	-
Dividendo adicional proposto	45.765	22.135
	-	-

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 14 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2021 no montante de R\$ 13.521, acrescido da realização do custo atribuído (*deemed cost*), líquido de impostos, no valor de R\$ 15.936 e do montante relativo à reversão dos dividendos prescritos de R\$ 58, totalizando um lucro líquido ajustado de R\$ 29.515, sendo que desse montante já foram deliberados ao longo do exercício de 2022 o montante de R\$ 7.379 na forma de dividendos mínimos obrigatórios e o montante de R\$ 22.135 na forma de dividendos adicionais, pagos dentro do exercício de 2022.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 14 de dezembro de 2022, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares sobre o lucro líquido apurado de janeiro de 2022 a agosto de 2022, no montante total de R\$82.575. Dessa forma, como o referido valor é superior a 25% sobre o lucro ajustado, não foi constituído dividendo mínimo obrigatório.

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	31.12.2021	Efeito não caixa			Efeito caixa	31.12.2022
		Dividendos prescritos	Dividendos adicionais propostos	Dividendos intercalares	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	133.455	(198)	22.136	82.575	(155.115)	82.853

Do total de dividendos pagos em 2022 no montante de R\$ 155.114, R\$ 282 foram pagos a acionistas minoritários.

	31.12.2020	Efeito não caixa			Efeito caixa	31.12.2021
		Dividendos prescritos	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	368	(58)	266.678	7.379	(140.912)	133.455

Do total de dividendos pagos em 2021, no montante de R\$ 140.912, R\$ 505 foram pagos a acionistas minoritários.

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Receita operacional líquida

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	49.170	980.097
Receita serviços - partes relacionadas	694.775	571.644
Total da Receita operacional bruta	743.945	1.551.741
(-) Deduções da receita		
COFINS	(57.736)	(632.999)
PIS	(12.535)	(137.427)
Reserva global de reversão	(4.115)	(6.249)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	(12.084)	(11.337)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.480)	(7.680)
Taxa de fiscalização ANEEL	186	(2.418)
	(90.764)	(798.110)
Receita com importação de energia	15.742	6.809.564
Custo com importação de energia	(746)	(6.542.655)
	14.996	266.909
Total	668.177	1.020.540

12. Pessoal e administradores

	2022	2021
Pessoal	(22.357)	(29.061)
Remuneração	(12.566)	(15.659)
Encargos	(4.270)	(5.346)
Previdência - fundação - mantenedora	(41)	(36)
Assistência médica	(1.455)	(1.552)
Despesas rescisórias	(936)	(143)
Participação nos lucros e resultados - PLR	93	(314)
Outros	(3.182)	(6.011)
Administradores	531	(701)
Honorários e encargos (diretoria e conselho)	531	(536)
Benefícios dos administradores	-	(165)
Total	(21.826)	(29.762)

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Resultado Financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	26.230	11.319
Variações monetárias e cambiais ativas	18.611	93.072
Atualização monetária de mercado curto prazo - inadimplência	3.290	21.771
Operações de derivativos	16.524	21.066
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.383)	(1.574)
Outras receitas financeiras	232	755
Total da receitas financeiras	63.504	146.409
Despesas financeiras		
Atualização de impostos e multas	(1.991)	(1.980)
Variações monetárias e cambiais passivas	(22.186)	(252.915)
Juros provisionados sobre obrigações de arrendamento	(507)	-
Impostos sobre operações financeiras	(2.468)	(2.044)
Atualização de provisão para riscos cíveis	(1.415)	(1.333)
Garantias e fianças	(3.810)	(11.153)
Despesas com derivativos	(33.644)	(5.930)
Operações de factoring	-	(6.182)
Atualização financeira GSF	-	(96.627)
Outras despesas financeiras	(4.310)	(1.809)
Total da despesas financeiras	(70.331)	(379.973)
Total resultado financeiro	(6.827)	(233.564)

14. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	196.155	196.155	49.472	49.472
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
	(49.015)	(17.654)	(12.344)	(4.452)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Gratificação a administradores	1	2	-	-
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	1	6	(261)	(90)
Remuneração das imobilizações em curso	(797)	-	(797)	-
Outras despesas indedutíveis	(663)	131	-	-
Incentivos fiscais e outros	-	-	187	-
	(1.458)	139	(871)	(90)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(50.473)	(17.515)	(13.215)	(4.542)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(58.650)	(21.123)	(25.692)	(9.324)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.983	2.815	8.937	9.484
Total	(49.666)	(18.307)	(16.755)	160
Alíquota Efetiva	25,32%	9,33%	33,87%	-0,32%

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre 100% do lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20/mês.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Balanços patrimoniais		DRE e DRA	
	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2022
Tributos diferidos ativos				
Provisão para ações judiciais e regulatórias	2.283	2.075	208	734
Remuneração das imobilizações em curso	3.389	4.186	(797)	(798)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.321	2.980	(1.659)	2.608
Instrumentos financeiros derivativos	202	2.144	(1.942)	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	285	145	140	-
Outras provisões	6.654	4.825	1.830	3.867
Total dos tributos diferidos ativos	14.134	16.355	(2.220)	6.411
Tributos diferidos passivos				
Repactuação do GSF (a)	(83.529)	(95.604)	12.075	10.637
Instrumentos financeiros derivativos	1.384	(260)	1.945	1.373
Total dos tributos diferidos passivos	(82.145)	(95.864)	14.020	12.010
	(68.011)	(79.509)	11.798	18.421

- (a) Refere-se ao reconhecimento do passivo fiscal diferido calculado sobre a repactuação do risco hidrológico - GSF (*Generation Scaling Factor*), conforme descrito na Nota 1.

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui

operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos

2023	2024	2025	2026	2027 a 2029
9.110	1.121	1.121	1.025	1.083

15. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao Grupo Enel - conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

15.1. Controladora (Enel Brasil)

	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas	(despesas)
Compartilhamento de staff	Fevereiro de 2024	(2.180)	(448)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2019 a Dezembro de 2023	(114.378)	(133.455)	-	-
Comissão de fianças	Fevereiro de 2025	(47)	(48)	(264)	(205)
Outros	N/A	2.970	-	-	-
Total		(113.635)	(133.951)	(264)	(205)

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2. Empresas em controle em comum

Vigência	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
	Ativo	Ativo	Receitas (despesas)	
Compartilhamento de staff				
Ampla Energia e Serviços S.A.	170	170	285	-
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	-	(1)	-	-
Companhia Energética Do Ceará - COELCE	1.383	1.383	-	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.	738	738	-	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	(111)	(115)	-	-
CELG Distribuição S.A. - CELG D (*)	-	3.492	-	-
Licença de sistemas				
Enel Global Trading Spa IT	-	(397)	(33)	4
Enel Spa	(183)	(243)	(176)	2
Mútuo				
Ampla Energia e Serviço S.A.	-	141.462	-	738
Management fee				
Enel Green Power Spa Global	(12.335)	(7.440)	(5.269)	(7.440)
Expatriado				
Endesa S.A.	(872)	(977)	-	796
Encargos do uso do sistema de transmissão				
Enel CIEN S.A.	(54)	(261)	(462)	(2.418)
CELG Distribuição S.A. - CELG D (*)	-	-	(12.942)	-
Compra e venda de energia				
Enel Green Power Volta Grande S.A.	-	1.582	-	1.582
Enel Trading Brasil S.A.	56.875	63.713	614.105	60.737
Socibe Energia S.A.	-	1.116	-	4.850
CELG Distribuição S.A. - CELG D (*)	-	(1.083)	(72)	(2.386)
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.	(567)	(568)	-	-
Enel Green Power Joana Eólica S.A.	333	333	-	-
Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.	593	593	-	-
Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A.	558	558	-	-
Enel Green Power Tacaicó S.A.	223	223	-	-
Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.	585	585	-	-
Enel Green Power Modelo II Eólica S.A.	656	656	-	-
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.	4	4	-	-
Enel Green Power Paranapanema S.A.	(164)	756	-	5.476
Enel CIEN S.A.	1	-	(218)	-
Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A.	1.590	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 7 S.A.	-	-	-	7
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 8 S.A.	-	-	-	46
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 9 S.A.	-	-	-	60
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 10 S.A.	-	-	-	51
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 11 S.A.	-	-	-	59
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 14 S.A.	-	-	-	54
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 15 S.A.	-	-	-	62
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 17 S.A.	-	-	-	(33)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 19 S.A.	-	-	-	(18)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 20 S.A.	-	-	-	48
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 21 S.A.	-	-	-	43
Enel Green Power Ventos De Santa Angela ACL 12	-	-	-	(40)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 13 S.A.	-	-	-	(40)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 16 S.A.	-	-	-	(44)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 18 S.A.	-	-	-	(41)
Total	49.423	206.279	595.218	62.155

(*) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG Distribuição S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do Grupo Enel.

(a) Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

A Companhia possui contratos de compartilhamento de staff e compartilhamento de custos de infraestrutura.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

(b) Transporte de energia (encargo de uso do sistema de transmissão) e compra/venda de energia

O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Os contratos de suprimento de energia – CCEAR regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 605 (R\$ 1.030 em 2021). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

16. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

16.1. Instrumentos financeiros

a) Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa					
Custo amortizado	2	244.085	244.085	1.157.435	1.157.435
Titulos e valores mobiliários					
Valor justo por meio de resultado	2	20.115	20.115	20.493	20.493
Contas a receber					
Custo amortizado	2	66.692	66.692	97.965	97.965
Instrumentos financeiros derivativos					
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	4.823	4.823
Depósitos vinculados a litígios					
Custo amortizado	2	26.823	26.823	25.809	25.809
		357.715	357.715	1.306.525	1.306.525
Passivo					
Fornecedores					
Custo amortizado	2	73.536	73.536	1.188.632	1.188.632
Obrigações de arrendamentos					
Custo amortizado	2	2.396	2.396	-	-
Debêntures, empréstimos e financiamentos					
Custo amortizado	2	163.642	157.577	175.021	154.650
Instrumentos financeiros derivativos					
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	11.126	11.126	6.993	6.993
Cauções em garantia					
Custo amortizado	2	24.190	24.190	27.426	27.426
Obrigações por arrendamentos					
Custo amortizado	2	2.396	2.396	-	-
Dividendos a pagar					
Custo amortizado	2	82.853	82.853	133.455	133.455
		360.139	354.074	1.531.527	1.511.156

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agencias de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumentos financeiros derivativos é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção das flutuações do câmbio, do fluxo de pagamento de importação de energia em moeda estrangeira, e proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2022 havia 1 (um) contrato de swap de dólar a fim de diminuir a exposição às flutuações da moeda estrangeira.

As NDFs foram contratadas para proteger os pagamentos de importações de energia dos efeitos da variação do dólar. O registro dos efeitos desse derivativo no resultado acompanhou o registro do item protegido (resultado com importação de energia – nota explicativa nº 11).

A estimativa do valor de mercado das operações de swap e NDFs foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 (anteriormente denominada BM&FBOVESPA) na posição de 31 de dezembro de 2022. O valor líquido de mercado dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 foi negativo de R\$ 11.126 (positivo de R\$ 807 em 31 de dezembro de 2021).

O contrato em aberto em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Contraparte	Data do contrato	Data de vencimento	Taxa de juros contratual a.a.	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal	Categoria	BRL	
								31.12.2022	31.12.2021
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	27/04/2021	27/04/2023	Fixo	USD + 1,49%	CDI + 1,10%	170.000	Cashflow Hedge	(11.126)	807

A movimentação é como segue:

	Instrumentos financeiros derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(10.830)
Efeito no resultado financeiro	2.977
Marcação a mercado no PL	9.348
Recebimento de encargos	(688)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	807
Efeito no resultado financeiro	(31.290)
Marcação a mercado no PL	886
Pagamento de encargos	18.471
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(11.126)

Os valores da curva e de mercado dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 estão dispostos abaixo:

Derivativos	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes
Fixo (USD) x DI 27.04.21 Scotiabank	10.531	11.126	(595)

As operações descritas acima se qualificam para hedge accounting e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2022.

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados acima.

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	Posição em 31.12.2022	Categoria
Scotiabank 4131	USD + 1,49% a.a.	163.642	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,49% a.a.	(163.017)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 1,10% a.a.	174.143	Cash Flow
		174.768	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2022, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

b) Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

16.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 38 sub-categorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	163.642
Instrumentos financeiros derivativos	11.126
Dívida	174.768
Caixa e equivalentes de caixa	(244.085)
Títulos e valores mobiliários	(20.115)
Dívida líquida	(89.432)
Patrimônio líquido	431.881
Índice de endividamento líquido	-26,12%

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 é de -26,12%, calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
31 de dezembro de 2022			
Empréstimos e financiamentos - pré fixados	(3.920)	(4.058)	(7.978)
Total	(3.920)	(4.058)	(7.978)

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de instrumentos financeiros derivativos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022					
Instrumentos financeiros derivativos	24.177	24.756	630.160	679.092	1.358.185
Total	24.177	24.756	630.160	679.092	1.358.185

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 100,00% da dívida total (R\$ 169.731) indexada à taxa fixa.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	8.126	9.869	1.743	11.566	3.440
Taxa fixa	16	64	48	103	87
Total	8.142	9.933	1.791	11.669	3.527

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 8.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento dos derivativos da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Scotiabank 4131	4.302	16.668	12.366	26.945	22.643
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	(5.557)	(27.282)	(21.725)	(45.335)	(39.778)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	14.728	17.887	3.159	20.963	6.235
Total	13.473	7.273	(6.200)	2.573	(10.900)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2022, todas as dívidas indexadas ao dólar possuem contratos de swap (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

Passivos em moeda estrangeira	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	<u>163.642</u>
Exposição patrimonial	<u>163.642</u>
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	<u>(163.017)</u>
Exposição cambial total	<u>625</u>

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(c) Outros riscos**(c.1) Risco hidrológico**

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional ("SIN") é gerado por Usinas Hidrelétricas ("UHE"). A Companhia está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia estão descritos conforme abaixo:

Obrigações contratuais	2023	2024	2025	2026
Compra de energia	301.968	180.661	178.020	38.057
Serviços de logística	15.251	3.272	1.534	-

18. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	4.900.979,49	5.186.149
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	N/A	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	N/A	77.818
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	N/A	103.723
Frota	14/08/22	14/08/23	N/A	1.000

19. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

(a) Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Notas	31.12.2022			31.12.2021		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	244.085	-	244.085	1.157.435	-	1.157.435
Títulos e valores mobiliários	20.115	-	20.115	20.493	-	20.493
Concessionárias e permissionárias	66.692	-	66.692	97.965	-	97.965
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-	-	-	8.379	-	8.379
Outros tributos compensáveis	10.388	-	10.388	10.261	-	10.261
Serviços em curso	6.262	-	6.262	4.417	-	4.417
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	141.462	-	141.462
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	4.823	-	4.823
Outros créditos	20.653	-	20.653	24.789	-	24.789
	368.195	-	368.195	1.470.024	-	1.470.024
Não circulante						
Depósitos vinculados a litígios	26.823	-	26.823	25.809	-	25.809
Outros créditos	129	-	129	129	-	129
Tributos diferidos	20.c	-	14.144	14.144	-	16.354
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	2.977	-	2.977
Imobilizado	20.b	294.722	(620)	294.102	304.909	(1.192)
Intangível	259.696	-	259.696	294.699	-	294.699
	581.370	13.524	594.894	628.523	15.162	643.685
	949.565	13.524	963.089	2.098.547	15.162	2.113.709

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Notas	31.12.2022			31.12.2021		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	73.536	-	73.536	1.188.632	-	1.188.632
Empréstimos e financiamentos	163.642	-	163.642	470	-	470
Obrigações por arrendamentos	20.d 650	-	650	358	(358)	-
Salários, provisões e encargos sociais	6.359	-	6.359	7.734	-	7.734
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.334	-	18.334	-	-	-
Outras obrigações fiscais	7.211	-	7.211	10.306	-	10.306
Encargos setoriais	13.321	-	13.321	13.223	-	13.223
Dividendos a pagar	82.853	-	82.853	133.455	-	133.455
Instrumentos financeiros derivativos	11.126	-	11.126	6.993	-	6.993
Cauções e garantia	24.190	-	24.190	27.426	-	27.426
Outras obrigações	4.248	-	4.248	6.092	-	6.092
	405.470	-	405.470	1.394.689	(358)	1.394.331
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	174.551	-	174.551
Obrigações por arrendamentos	20.d 1.746	-	1.746	218	(218)	-
Tributos diferidos	20.c 69.384	14.144	83.528	80.879	14.985	95.864
Provisão para processos judiciais e outros	8.995	-	8.995	8.383	-	8.383
Outras obrigações	4	-	4	75	-	75
	80.129	14.144	94.273	264.106	14.767	278.873
Patrimônio Líquido						
Capital social	64.340	-	64.340	64.340	-	64.340
Reserva de capital	346.839	-	346.839	346.839	-	346.839
Reservas de lucros	7.693	-	7.693	7.693	-	7.693
Ações em tesouraria	(278)	-	(278)	(278)	-	(278)
Dividendos adicionais propostos	45.765	-	45.765	22.136	-	22.136
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	(393)	-	(393)	(978)	-	(978)
Lucros acumulados	-	(620)	(620)	-	753	753
	463.966	(620)	463.346	439.752	753	440.505
	949.565	13.524	963.089	2.098.547	15.162	2.113.709

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(b) Conciliação da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Notas	31.12.2022			31.12.2021			
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	
Receita operacional bruta							
Suprimento de energia elétrica	20.a	743.945	-	743.945	1.547.675	4.065	1.551.740
Lucro bruto		743.945	-	743.945	1.547.675	4.065	1.551.740
Deduções de receita bruta							
Tributos e encargos		(70.271)	-	(70.271)	(770.426)	-	(770.426)
Pesquisa de P&D		(4.480)	-	(4.480)	(7.680)	-	(7.680)
Reserva global de reversão - RGR		(4.115)	-	(4.115)	(6.249)	-	(6.249)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(12.084)	-	(12.084)	(11.337)	-	(11.337)
Taxa de fiscalização - TFSEE		186	-	186	(2.418)	-	(2.418)
		(90.764)	-	(90.764)	(798.110)	-	(798.110)
Resultado operacional líquido com importação de energia		14.996	-	14.996	266.910	-	266.910
Receita operacional líquida		668.177	-	668.177	1.016.475	4.065	1.020.540
Custos e despesas							
Energia elétrica comprada para revenda		(310.561)	-	(310.561)	(1.258.918)	-	(1.258.918)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(76.868)	-	(76.868)	(77.462)	-	(77.462)
Pessoal e administradores		(22.381)	-	(22.381)	(29.931)	-	(29.931)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		4.914	-	4.914	(7.994)	-	(7.994)
Amortização - GSF		(35.519)	-	(35.519)	(35.519)	-	(35.519)
Depreciação e amortização	20.b	(23.149)	39	(23.110)	(48.148)	23.845	(24.303)
Gastos diversos	20.d	(30.809)	-	(30.809)	(36.983)	(384)	(37.367)
Créditos de Pis e Cofins		29.139	-	29.139	733.990	-	733.990
		(465.234)	39	(465.195)	(760.965)	23.461	(737.504)
Resultado da atividade		202.943	39	202.982	255.510	27.526	283.036
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		63.504	-	63.504	146.409	-	146.409
Despesas financeiras	20.d	(70.331)	-	(70.331)	(380.012)	39	(379.973)
		(6.827)	-	(6.827)	(233.603)	39	(233.564)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		196.116	39	196.155	21.907	27.565	49.472
Imposto de renda e contribuição social							
Correntes		(79.772)	-	(79.772)	(35.016)	-	(35.016)
Diferidos	20.c	11.798	(1.373)	10.425	26.630	(8.209)	18.421
Lucro líquido do exercício		128.142	(1.334)	126.808	13.521	19.356	32.877

20. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(a) Valor justo de contratos de energia

A Companhia compra e venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL). Desta forma, assume compromissos de contratos bilaterais de curto e longo prazo que compõe seu portfólio. Em decorrência das operações descasadas, a Companhia assume posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva forward). A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos destas carteiras com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de riscos. A finalidade é gerar lucro por flutuações de preço no curto prazo ou ganho com margem em operações de longo prazo. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos diferir do preço da transação, um ganho ou perda será reconhecido. Em 2021, a receita foi impactada em R\$ 4.065 em função desse assunto.

(b) Imobilizado e ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconheceu em 2012, com base em laudo de avaliação datado de 25 de abril de 2011, a reavaliação dos seus ativos existentes na época, para fins de atendimento ao CPC 27, 28, 37 e 43 e ICPC – 10. Esta reavaliação teve como objeto os ativos fixos de máquinas e equipamentoe edificações, urbanizações e benfeitorias e instalações permanentes da Companhia na data-base de 31/12/2008.

Os valores foram reconhecidos no ativo imobilizado e intangível em contrapartida a conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, considerando também os efeitos dos impostos diferidos.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo e resultado)

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário ocasionaram em ajustes na constituição de tributos diferidos relativos à avaliação patrimonial (custo atribuído). A base de cálculo desses tributos tem apenas sua evidenciação na contabilidade societária, pois não fora recepcionada pelo órgão regulador. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$1.373 no resultado, é referente uma regularização de saldo indevido na contabilidade regulatória, referente ao custo atribuído.

(d) Exclusão do efeito resultante da adoção inicial do CPC 06 (R2)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia não considerava os efeitos resultantes da adoção inicial do CPC 06 (R2), pois não havia aprovação da ANEEL. Para fins societários, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2019, e não reapresentou as informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação de arrendamentos. Com a alteração do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, vigente desde 01 de janeiro de 2022, a ANEEL adotou o referido pronunciamento, de tal forma, que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não há mais diferenças de tratamento, e consequentemente os ajustes foram refletidos nos livros regulatórios.

21. Conciliação do patrimônio líquido e lucro líquido societário e regulatório

	31.12.2022	31.12.2021
Patrimônio líquido societário	463.966	439.752
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória:		
Custo imobilizado	(620)	(1.192)
Tributos diferidos	-	1.369
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do CPC 06 (R2)	-	576
Patrimônio líquido regulatório	463.346	440.505

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido societário	128.142	13.521
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória:		
Depreciação - custo atribuído	-	24.145
Depreciação Imobilizado	39	(659)
Arrendamento - critérios CPC 06 (R2)	-	(384)
Depreciação arrendamento - critérios CPC 06 (R2)	-	359
Diferido - custo atribuído	(1.373)	(8.209)
Encargos dos arrendamentos segundo os critérios do CPC 06 (R2)	-	39
Ajuste de MTM dos contratos de energia	-	4.065
Lucro líquido regulatório	126.808	32.877

22. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2022

Os Diretores da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. ('Companhia' ou 'EGP Cachoeira Dourada'), inscrita no CNPJ/MF Nº 01.672.223/0001-68, com sede na Rodovia GO 206 – KM 0, Cachoeira Dourada, Goiás, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro - RJ, 19 de abril de 2023.

Diretoria executiva	Descrição do cargo
Raffaele Enrico Grandi	Diretor-Presidente
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Fabio Destefani Campos	Diretor de Usina
Vago	Diretor de Gestão de Energia e Comercialização
Raffaele Enrico Grandi	Diretor de Assessoria Tributária
Janaina Savino Vilella Carro	Diretor de Comunicação
Alain Rosolino	Diretor de Recursos Humanos e Organização
Vago	Diretor Jurídico
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretor de Regulação
Vago	Diretor de Compras



TERMO DE RESPONSABILIDADE Demonstração contábil regulatória

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos.

Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023.

Outorgada: EGP Cachoeira Dourada S.A.


Assinado por
RAFFAELE ENRICO
GRANDI
em 19/04/2023 às
20:39:58 CEST
Raffaele Enrico Grandi
Diretor Presidente


Assinado por
RAFFAELE ENRICO
GRANDI
em 19/04/2023 às
20:39:58 CEST
Raffaele Enrico Grandi
Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle


Assinado por MARA
AYESHA LOPEZ
BERRIOS
em 19/04/2023 às
09:01:33 BRT
Mara Ayesha Lopez Berrios
Responsável da Administração


Assinado por
CAMILA SILVA DE
MELLO
em 19/04/2023 às
09:16:46 CEST
Camila Silva de Mello
Contadora 1RS083577/O-5

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:(...)

X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.